



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA

Procedência: Grupo de Trabalho sobre Impactos das Mudanças Climáticas no Brasil e o Papel do Conama na Adoção de Medidas de Adaptação

Data: 20 de novembro de 2007

Processo n° 02000.000601/2007-22

Assunto: Memória da 4ª Reunião

Memória da 4ª Reunião do Grupo de Trabalho de “Impactos das Mudanças Climáticas no Brasil e o papel do Conama na Adoção de Medidas de Adaptação”

A reunião foi realizada no dia 20 de novembro de 2007, no auditório menor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Esplanada dos Ministérios, Bloco D.

Os trabalhos iniciaram-se às 10h, sob a coordenação do conselheiro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Marcos Otávio Bezerra Prates, e com relatoria da assessora técnica da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA Paula Bennati. Pela Secretaria Executiva do Conama, esteve presente o assessor técnico Fernando Caminati, com apoio de Alysson Vilas Novas.

Coordenador Marcos Otávio Bezerra Prates – Saudou a todos os presentes e deu início à reunião. Informou que o Ministério das Relações Exteriores agendou reunião, para as 15h do presente dia, com a delegação brasileira que participará da 13ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança do Clima, o que obrigaria vários dos presentes —incluindo o coordenador — a se retirarem antes do término do GT. Assim, consultou os membros do grupo sobre a possibilidade de realizarem a presente reunião até o teto de 13h, obtendo consentimento, unânime, para a proposta. Em seguida, propôs como metodologia de trabalho a apresentação da estrutura da minuta de relatório e posterior verificação de observações levantadas pelos membros do grupo. Não havendo questionamentos, passou a palavra à relatora.

Francisco Iglesias (Imarh-entidades ambientalistas do NE). Pediu que fosse encaminhado à Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente pedido de prorrogação do prazo de trabalho do GT. Solicitou, também, que, após esta definição, se tentasse realizar mais reuniões no próximo período, uma vez que nestes seis primeiros meses de funcionamento só conseguimos fazer quatro encontros. Lembrou das consultas sobre o estado da arte das ações de adaptação nas esferas governamentais. Por fim, propôs a realização de um seminário, tendo como base o relatório, ora apresentado, para discuti-lo com mais pessoas e ampliar a possibilidade de sua disseminação.

Coordenador Marcos Otávio Bezerra Prates – Disse que parte deste levantamento já está presente no relatório a ser apresentado, no que se refere a ações do governo federal, enquanto o restante deverá ser feito na elaboração do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, plano este que começará a ser construído com a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial, por meio de Decreto do Presidente da República.

Fernando Caminati (Secretaria Executiva do Conama) – Explicou que, à luz do regimento interno do Conama, como os grupos de trabalho são criados pelas câmaras técnicas, a renovação de seus mandatos também deve ser feita por decisão dos conselheiros da respectiva CT. Não tendo a Câmara de Economia e Meio Ambiente se reunido desde o vencimento do prazo de seis meses do presente GT, o que ocorreu no último dia 31 de outubro, a renovação do mandato também não pôde ser feita. Na última reunião da CTEMA, em 21 e 22 de agosto, houve a realização de um seminário de instrumentos econômicos para a gestão ambiental na Amazônia, não tendo sido, por isso, possível tratar do tema. O assunto estará na pauta da próxima reunião da câmara, o que só deverá ocorrer no início de 2008.

Relatora Paula Bennati. A minuta de relatório que apresentamos ao GT traz uma série de apontamentos e menções a documentos orientadores do regime de mudança climática, com o intuito de definir o conceito de adaptação, para depois ponderar as avaliações feitas pelos membros do grupo nas reuniões anteriores e, por fim, tentar apontar encaminhamentos possíveis dentro do Conama, a serem levados à Câmara Técnica. Cito a Convenção sobre Mudança do Clima, o programa de trabalho de Nairóbi e as conclusões do quarto relatório do IPCC (sigla em inglês para Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima da ONU). Os subitens seguiram a mesma orientação do sumário para formuladores de políticas do IPCC. No item 1.2.5, incluo os comentários da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA sobre estes documentos. O item 2 aponta

cenários regionais, já previsíveis, e efeitos das mudanças já possíveis de serem previstos; neste capítulo contei com auxílio do Haroldo Machado e da Larissa Schmidt, ambos do Ministério de Ciência e Tecnologia, que estão aqui presentes e que poderão explicar melhor sobre as projeções de cenários posteriormente. Também inclui o relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), feito pelo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), que traz dados, os quais precisamos analisar. Faço, ainda, a ressalva de que sempre estamos tratando de projeções de cenários, com cenários futuros, não com certezas. No Item 2.6, sobre as ações relacionadas ao setor agropecuário, tivemos auxílio da Embrapa, com apoio da Dra. Magda Aparecida de Lima. Vários outros estudos poderiam estar aqui, mas o objetivo era termos um documento básico, a partir do qual pudéssemos traçar os objetivos do grupo. Sobre recursos hídricos e desertificação, teremos que, posteriormente, inserir mais dados. Quanto às questões relacionadas à saúde pública, novamente contamos com a colaboração do Haroldo, que buscou dados de estudos feitos pela Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz, do Ministério da Saúde). Em seguida, no item 3, inserimos o quadro de vulnerabilidades produzido nas reuniões anteriores do GT, no qual procuramos não alterar as decisões já tomadas. Penso que este quadro, que ainda tem alguns dissensos, não deveria se tornar o grande foco de nossas discussões mais uma vez. Seria melhor não nos alongarmos tanto nisso, pois ele é dinâmico e caberá à Câmara Técnica tomar as decisões finais sobre ações a serem encaminhadas ao Conama. Por fim, nos itens 4 e 5 trago as conclusões do relatório, baseada nas contribuições das discussões das reuniões anteriores, e abro espaço para definirmos nossos encaminhamentos a serem submetidos à Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente.

Fernando Caminati (Secretaria Executiva do Conama) – Com relação ao item 5 do relatório, explicou que as ações a serem sugeridas pelo grupo à câmara não precisam ser exclusivamente propostas de resolução —que é o ato do Conama mais conhecido. Disse que o art. 10 do Regimento Interno do Conselho prevê, além da resolução, outras formas de o Conama agir, dentre elas: proposições, quando se tratar de matéria ambiental a ser encaminhada ao Conselho de Governo, à Câmara ou ao Senado, para edição de lei; recomendações, quando se tratar de manifestação acerca da implementação de políticas, programas públicos e normas com repercussão na área ambiental, destinadas a órgãos de governo federal, estadual e municipal ou mesmo para entidades privadas; e moções, quando se tratar de manifestação de qualquer natureza relacionada com a temática ambiental. Assim, o item 5 poderá ter a lista das sugestões de resolução, recomendação, proposição ou moção encaminhadas, acompanhadas de seu escopo, para que, depois, seja feito o texto destas propostas, que deverão ser submetidos à Câmara de Economia e Meio Ambiente junto com o relatório final do GT.

Haroldo de Oliveira Machado Filho (MCT). Pra mim a grande contribuição que o GT poderia recomendar seria alguns encaminhamentos a serem considerados na elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que o Governo Federal irá fazer sob coordenação da Casa Civil e com orientações oriundas de um decreto que será assinado pelo Presidente da República amanhã [*Nota da Secretaria do Conama: A referência é ao [Decreto 6263, de 21 de novembro de 2007](#)*].

Francisco Iglesias (Imarh-entidades ambientalistas do NE). Diz que considera a decisão da assinatura de um decreto, um passo novo, que acha interessante, mas fica preocupado com o fato de haverem vários projetos de lei tratando sobre planos e políticas para a mudança do clima tramitando no Congresso Nacional. Uma das sugestões que podemos fazer é que esse grupo acompanhe a elaboração deste Plano Nacional mencionado, o GT pode ser incluído nesse acompanhamento. Já tivemos a reunião do Rio com o Painel de Debates do Conama, que trouxe muitas contribuições, foram muitas propostas que deveriam ser apreciadas. Sugeriu, também, a mudança de escopo do GT para possibilitar este acompanhamento.

Miriam de Oliveira (SEMAD/MG). Disse que concorda com o Xico e que acha que a idéia está bem encaminhada, desde que garanta boa participação da sociedade civil. De qualquer forma o GT precisa participar da elaboração do Plano, pois o grupo vem se qualificando neste último ano e aprofundando bastante seu conhecimento sobre o tema e a realidade da questão de adaptação à mudança do clima.

Roberto Monteiro (SRHU/MMA). Já que há a definição de uma política nacional para a questão, é fundamental que este grupo tenha uma participação desta política, com presença do nosso coordenador aqui.

Larissa Schmidt (MCT). Acrescenta que, amanhã, na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, deve ser apreciado o projeto de lei que trata da Política Nacional de Mudança do Clima, de autoria do Deputado Mendes Thame (PSDB/SP), juntamente com demais projetos sobre o mesmo tema devidamente pensados ao principal. Esses projetos de lei, que no início tinham muitas divergências, agora começam a convergir com as ações do governo.

Coordenador Marcos Otávio Bezerra Prates – Falou que a participação do GT no Plano já esta prevista para o MMA e no **Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima**. Sugeriu registrar essa preocupação para inclusão no item 5 e, depois, verificar como definir esta questão. Passou a palavra aos demais participantes para que fizessem comentários sobre cada página do relatório.

[Nota da Secretaria do Conama: A partir deste ponto, os participantes passaram a debater alterações no texto do relatório, e a memória não registra todas as manifestações, cujas alterações podem ser conferidas nas versões suja (com o texto substituído) e limpa do documento, disponíveis na página da [4ª reunião do GT](#), no sítio do Conama.]

Francisco Iglesias (Imarh-entidades ambientalistas do NE). Perguntou qual é, na introdução, o método a ser definido para o relatório? Também quer entender melhor o grau de suscetibilidade das decisões.

Relatora Paula Bennati e Haroldo de Oliveira Machado Filho (MCT) Explicaram o método de trabalho na confecção do documento, repetindo-se a pontos já referidos na primeira intervenção da relatora. Salientaram que uma das recomendações que o grupo tem que incluir é sobre as políticas públicas, de uma maneira geral, deverem levar em conta a variabilidade climática. Esta questão deverá, a partir de agora, ser definitivamente considerada quando da elaboração de planos diretores municipais, zoneamentos ecológicos econômicos, planos de recursos hídricos no âmbito das bacias hidrográficas etc, todas as ações governamentais planejadas também sofrerão essas influências.

NÃO ENTENDI E ACHO QUE ESSE RELATO NÃO CONTRIBUI PARA ENTENDERMOS MELHOR A REUNIÃO. SUGIRO RETIRÁ-L

Francisco Iglesias (Imarh-entidades ambientalistas do NE). Comentou que, pelo relatório, os únicos incentivos existentes para financiamento de ações de adaptação são os constituídos pela arrecadação de 2% das receitas oriundas de créditos de carbono por meio do MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo). Não seria caso de incluir mais fontes ou de sugerir a busca por mais fontes? Não há nenhuma menção sobre a necessidade de recursos, considera que podemos incluir nas conclusões do GT ou nos encaminhamentos para a Câmara.

Haroldo de Oliveira Machado Filho (MCT). Disse que existe um outro fundo, cujo nome não se lembra exatamente, que tem recursos oriundos do GEF (Fundo Global para o Meio Ambiente, nas iniciais em inglês), entidade ligada ao Banco Mundial. Comprometeu-se a fornecer posteriormente o nome correto do fundo, para inclusão no relatório.

Coordenador Marcos Otávio Bezerra Prates – Informou que no Plano Nacional sobre Mudança do Clima, deverá ser criado um fundo, formado por recursos oriundos da participação especial da exploração de petróleo e gás natural . Mas pediu que tal assunto fosse tratado quando a discussão chegasse ao tema financiamento, pertinente ao item 5. **Larissa Schmidt (MCT)** complementou, dizendo que nos textos de projetos de lei que instituem a Política Nacional de Mudança do Clima, há a previsão de se utilizar, também, verbas do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Francisco Iglesias (Imarh-entidades ambientalistas do NE). Ressaltou que os itens referentes ao Programa de Nairóbi deveriam ter sua importância ressaltada para observação e como guias para outros setores. Sugeriu, também, que as recomendações que o GT venha a criar sigam este roteiro, do Programa de Nairóbi, pois considera que os itens do Programa, são muito bem elaborados e servem como um bom guia de orientações. Questionou, ainda, a respeito de um novo relatório do IPCC, divulgado no último sábado [17 de outubro de 2007]. Estes itens já foram incorporados? **Relatora Paula Bennati** respondeu que nesta data foi divulgado o documento síntese do Quarto Relatório de Avaliação do IPCC, que é voltado para governos e formuladores de políticas ; este documento traz os pontos mais significativos dos três sumários anteriores, que foram divulgados ao longo do ano, e o conteúdo deles já está todo aqui.

Francisco Iglesias (Imarh-entidades ambientalistas do NE). Lembrou sobre a importância da água e que o Conama vem trabalhando em uma resolução sobre águas subterrâneas, com boas contribuições de todos os segmentos. De uma maneira geral, disse que não estaríamos atuando estrategicamente com a questão dos recursos hídricos, mas que isso poderia ser incluído mais para frente.

Haroldo de Oliveira Machado Filho (MCT). Sugeriu corrigir a terminologia: 4º Relatório de Avaliação do IPCC, com os três relatórios (sumários) compilados, mas isso a gente checa depois. Item 1.2.5. ver depois.

Francisco Iglesias (Imarh-entidades ambientalistas do NE). Pediu para que fosse acentuada a preocupação sobre erosão na zona costeira e comprometeu-se a enviar depois uma proposta sobre este tema para inclusão no quadro.

Haroldo de Oliveira Machado Filho (MCT). Item 2.1 pode ficar para a próxima reunião, pois precisa aguardar resultados da reunião de amanhã sobre a instalação do plano.

Francisco Iglesias (Imarh-entidades ambientalistas do NE). Pediu que fosse traduzida ou, ao menos, explicada a expressão “downscaling”, pois tecnicamente já é um conceito de difícil de compreensão, pior ainda se o texto contiver a expressão apenas em inglês.

Haroldo de Oliveira Machado Filho (MCT). Concordou com a preocupação. Mas informou que não tem como utilizar uma tradução genérica, como redução de escala, que esta não seria apropriada, ficando aquém da definição do termo. Prometeu elaborar uma nota de rodapé para explicar o que significa “downscaling”. O objetivo é o que está na própria frase: primeiro tem avaliação do qual impacto, identifica as vulnerabilidades e depois pensa nas adaptações necessárias. Na África e América do Sul ainda não temos dados sobre avaliações de impacto, não temos então como montar os mapas de vulnerabilidade. Só assim poderemos bolar políticas de adaptação em cima desses dados, com maior eficiência, eficácia e melhor uso dos recursos públicos.

Fernando Caminati (Secretaria Executiva do Conama) – Informou que, no dia 25 de abril último, a Conabio (Comissão Nacional de Biodiversidade), órgão colegiado do MMA responsável pelo acompanhamento da Convenção sobre Diversidade Biológica no país e na implementação da Política Nacional de Biodiversidade, aprovou a Resolução Conabio nº 4/2007, que dispõe sobre os ecossistemas mais vulneráveis às mudanças climáticas, ações e medidas para sua proteção. Disse, ainda, que este documento seria colocado à disposição dos participantes do GT, a título de orientação para avaliação do relatório ora apresentado, além de que poderia o mesmo ser incorporado no relatório, como uma das referências para o GT e demais encaminhamentos.

Relatora Paula Bennati. Concordou com a sugestão.

Haroldo de Oliveira Machado Filho (MCT). Pediu licença para lembrar de sua apresentação no Painel de Debates sobre Adaptação às Mudanças Climáticas, no Rio, durante a 50ª Reunião Extraordinária do Conama, quando falou de uma pesquisa que vem sendo feita conjuntamente pelo MCT e USP: o relatório estufa com o jatobá [tido como espécie pré-histórica] para verificar concentração de carbono na atmosfera no decorrer do tempo. Sugeriu a inclusão deste estudo no relatório e comprometeu-se a encaminhar posteriormente a referência completa.

Francisco Iglesias (Imarh-entidades ambientalistas do NE). Reforçou lembrança sobre a ligação entre a Convenção sobre Desertificação e a Convenção sobre Mudança do Clima, prometendo encaminhar sugestão de emenda contemplando esta perspectiva.

Eliane Lima e Silva (MS). Manifestou desejo de encaminhar posteriormente emenda, no sentido de complementar e expandir as informações relacionadas no relatório sobre estudos do Ministério da Saúde e da Fiocruz.

Haroldo de Oliveira Machado Filho (MCT). Falou que irá encaminhar os endereços eletrônicos onde é possível acessar os estudos da Fiocruz mencionados no texto.

Coordenador Marcos Otávio Bezerra Prates – Passou ao item 3.1, perguntando a todos como tratar o quadro de impactos e vulnerabilidades setoriais e medidas de adaptação, produto das reuniões anteriores, para que ele fique harmônico com o restante do texto do relatório.

Haroldo de Oliveira Machado Filho (MCT). Considerando que este trabalho vai ser encaminhado para subsidiar a elaboração do Plano Nacional, os apontamentos do quadro deverão ser contemplados nesta elaboração.

Relatora Paula Bennati. Fez questão de ressaltar as diferenças entre o quadro, incluído no item que trata do GT de Adaptação às Mudanças Climáticas do Conama, dos encaminhamentos que o GT fará à Câmara Técnica, assunto do item 5. No primeiro, entra o quadro na forma e com os apontamentos debatidos nas reuniões anteriores, enquanto que no segundo, vão as sugestões de propostas de ações do Conama, conforme foi explicado pelo Fernando. Finalizou concluindo que o quadro, inserido aqui neste item, não será a recomendação do Conama em si, mas orientará a elaboração das propostas, para isso necessitando estar ajustado dentro da lógica do relatório e de suas conclusões.

Humberto Cotta Junior (Ibama). Lembrou que não foi mencionada, entre os setores vulneráveis às mudanças provocadas pelas alterações climáticas, a pecuária, nem a produção de biocombustíveis. Informou que já se dispõe de tecnologia para melhoria desses dois setores da economia, inclusive promover a integração das duas produções, em métodos agro-silvo-pastoris. **Relatora Paula Bennati.** Concorde com a preocupação, mas perguntou exatamente qual era a proposta dentro do escopo do trabalho, ou seja, traçar medidas de adaptação à mudança do clima e sugeriu que seria melhor que fosse trazido o estudo e indicado exatamente qual seu vínculo com a adaptação.

Coordenador Marcos Otávio Bezerra Prates – Com base na estrutura do relatório, que faz referência a vários

outros documentos, sugeri que, no item 3, seria melhor tratar o quadro como “reflexões ou indicações” do grupo, sobre possíveis impactos/vulnerabilidades setoriais venham a embasar futuros encaminhamentos. Sugeriu que a Secretaria do Conama inclua um parágrafo introdutório para explicar a inserção deste trabalho no documento, incluindo proposição de um novo nome, para definirmos na próxima reunião.

Alexandre Valadares Mello (CNI). Sugeriu, também, incluir um item à parte para introduzir o trabalho do GT. Ele viria antes do item do quadro, apresentaria as reuniões e introduziria o quadro.

Fernando Caminati (Secretaria Executiva do Conama). Concorde com a proposta e se dispõe a fazer um relato sobre as atividades do GT, para esta introdução.

Coordenador Marcos Otávio Bezerra Prates – Passou ao Item 4, listando as conclusões e propostas já levantadas no curso da presente reunião: participação do GT na elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima; necessidade de fundos e outras fontes para financiamento das medidas; preocupação com as águas; orientações baseadas no Plano de Nairóbi; menção ao portfólio do item 1.2.4, para que seja usado como referência; remeter às consultas locais e setoriais que a III Conferência Nacional do Meio Ambiente e o Plano Nacional farão; extrair do quadro alguns outros pontos para as conclusões. Sugeriu que, ao passar a limpo as alterações no relatório, a relatora e a Secretaria do Conama façam as adequações ao texto referente a esses apontamentos.

Francisco Iglesias (Imarh-entidades ambientalistas do NE). Lembrou que o grupo tinha decidido fazer uma consulta setorial, mas que aqui no relatório entraram apenas as ações do governo federal. Assim, teria ficado faltando a verificação de ações que já vêm sendo empreendidas pelos Estados e Municípios, sugeriu consulta à Anamma (Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente) e Abema (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente) ou mesmo acompanhamento das ações nos Estados.

Relatora Paula Bennati. Manifestou opinião de que isso deverá ser função do Comitê Interministerial que será criado pelo Decreto [\[Decreto 6263, de 21 de novembro de 2007\]](#) para a elaboração do Plano. Considera que o Conama não tem condições de fazer esse trabalho sozinho.

Fernando Caminati (Secretaria Executiva do Conama). Sugeriu que a consulta aos Estados poderia ser um dos encaminhamentos do GT como contribuição para o plano. Lembrou, ainda, que a III Conferência Nacional do Meio Ambiente —cujo tema neste ano é exatamente “Mudanças Climáticas” e cujo processo já foi lançado, com vários municípios já realizando suas conferências— e que a relação do GT com a Conferência também poderia ser pensada como um encaminhamento no relatório. Aproveitou o ensejo para fazer a leitura de email encaminhado pelo conselheiro Sérgio Annibal, da FBCN (Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza), sugerindo que *“o GT-Clima do Conama descentralize por Estados a execução das reuniões criando sub-GTs estaduais. Deste modo, poderíamos obter análises localizadas e, anualmente, realizar um balanço da situação em cada Estado”* e colocando sua entidade à disposição para auxiliar na organização destes encontros no Rio de Janeiro, onde tem sede.

Relatora Paula Bennati. Considera a proposta difícil de ser executada, dada a estrutura do Conama e dos demais órgãos e entidades aqui presentes, além de lembrar que o Plano Nacional, a ser instituído pelo decreto já mencionado, terá um prazo bem exíguo para realizar sua tarefa, ficando o GT do Conama, talvez, sem possibilidade de contribuir nesta tarefa, caso decida estender seus trabalhos num prazo maior.

Francisco Iglesias (Imarh-entidades ambientalistas do NE). Disse que o Conama é um conselho nacional e que, portanto, deve pensar nacionalmente e promover, ao máximo, a participação de todos os segmentos, em todas as esferas de governo. Mas posicionou-se contra a proposta apresentada, pois entende que o GT não possui condições de fazer reuniões nos Estados. Por conseguinte, decidiu rever sua proposta sobre a realização de um novo seminário. Concluiu que o que deve ser buscado é aumentar a representação no GT, convidando outras entidades, a Anamma, a Abema, os fóruns estaduais, etc.

Relatora Paula Bennati. Também acho inviável a criação de sub-GT nos Estados.

Coordenador Marcos Otávio Bezerra Prates. Pontuou que temos o Comitê que elaborará o Plano Nacional e a Conferência Nacional do Meio Ambiente como instrumentos para buscar esses dados nos Estados e municípios.

Miriam de Oliveira (SEMAD/MG). Acho que a condução do Conama está perfeita, tenho contribuído e tenho levado informações para o meu Estado. Inclusive já sugeri a realização de uma reunião do GT em Belo Horizonte conjunta com o Fórum Mineiro de Mudanças Climáticas, o que ainda não foi possível. Lembrou que, nas primeiras reuniões, o GT tinha bem mais representantes, mas a maioria não tem comprometimento com o trabalho e, por vários motivos, acaba deixando o grupo no decorrer do processo. Conclui que isto deveria ser minimizado.

Francisco Iglesias (Imarh-entidades ambientalistas do NE). Sugere que a Secretaria do Conama convide os fóruns estaduais para as reuniões.

Relatora Paula Bennati. Informa que isso já foi feito, tanto formalmente pela Secretaria, como pessoalmente, pela relatora, quando teve oportunidade de fazer contato com estes representantes. Agregou que o problema é que os fóruns estaduais não vem porque não tem dinheiro, sendo difícil para eles estarem presentes às reuniões. Lembrou, por fim, que esteve pessoalmente a uma reunião da Abema, em Manaus, representando o GT, por indicação do coordenador e da Secretaria Executiva, quando pôde informar a vários secretários estaduais lá presentes sobre os andamentos dos trabalhos do GT.

Roberto Monteiro (SRHU/MMA). Ainda sobre o tema da realização de consultas estaduais, lembrou que os encaminhamentos do GT deverão ser feitos ao Comitê Interministerial que será criado para a elaboração do Plano, para agregar lá as nossas contribuições, por isso, entende que não deva ser alongado muito os trabalhos deste grupo, caso contrário poderá ser um trabalho perdido, se concluído depois de já finalizado o Plano.

Francisco Iglesias (Imarh-entidades ambientalistas do NE). Questiona sobre os encaminhamentos à CT e sobre quem vai acompanhar o Comitê Interministerial do Plano pelo Conama. Sugere que as sugestões de propostas ao Conama, completando o item 5 do relatório, fiquem para a próxima reunião.

Mauricio Andrés Ribeiro (ANA). Alertou que corre o risco de os trabalhos do grupo serem atropelados por outras instâncias, como por exemplo a Conferência Nacional, que deverá ser finalizada entre abril e maio do ano que vem. A CNMA, a esta altura, já deverá ter proposições mais fortes e consolidadas, assim como o próprio Comitê que será criado pelo decreto. Assim, entende que os trabalhos deste GT devam ser concluídos a tempo de serem aproveitados pelas demais instâncias.

Relatora Paula Bennati. Concorde que o GT não tem como se alongar muito além do prazo no qual essas demais instâncias estarão trabalhando.

Larissa Schmidt (MCT). Lembrou, porém, que o GT deve ficar atento, também, aos projetos de lei em tramitação no Congresso, pois lá os trabalhos também estão sendo feitos com bastante pressa. Conclui que o GT do Conama tem que visualizar a oportunidade de oferecer sua contribuição, antes da aprovação dessas leis.

Francisco Iglesias (Imarh-entidades ambientalistas do NE). Ponderou, no entanto, que as ongs têm várias críticas à realização da Conferência Nacional do Meio Ambiente, pois enquanto as deliberações dela advindas não forem lei ou não gerarem resultados práticos mais tangíveis, serão tão somente um esforço grande de mobilização e com pouco resultado. Os resultados práticos não são vistos. Não se sabe o que as conferências anteriores decidiram e nem se isso foi implementado. Conclui que, em seus encaminhamentos, o GT pode usar a Conferência como catalizadora de iniciativas dos Estados, mas acha que o foco deve estar no trabalho da elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que já está aí para ser iniciado pelo Comitê Interministerial e pelo Decreto que foi aqui “pré-anunciado”. Sugere que o Plenário do Conama poderia indicar que nosso GT acompanhasse a elaboração do Plano.

Coordenador Marcos Otávio Bezerra Prates – Sugeriu que o grupo tente concluir esse relatório, incorporando as discussões de hoje, para que os membros possam enviar as sugestões por email, de forma que a próxima reunião possa ser conclusiva. Indicou que o 5º encontro do GT deverá ficar para o mês de fevereiro de 2008, em virtude das festas de final de ano e da dificuldade em realizar reuniões no mês de janeiro. Quanto ao pedido para o Plenário para que reivindique participação do GT no acompanhamento do Plano, declarou que se trata de uma decisão política que o Conama terá de encarar, manifestando desconforto, na condição de coordenador, em solicitar isso.

Relatora Paula Bennati. Informa que tentará fazer as alterações no relatório em 15 dias, dentre elas a inclusão do quadro, para que, na próxima reunião, seja possível avaliar apenas as sugestões de encaminhamentos e os pontos do quadro. Pede que não seja feita, novamente, a revisão item a item dos pontos que foram hoje acordados.

Francisco Iglesias (Imarh-entidades ambientalistas do NE). Não concordou com manifestação, pois deseja revisar, se preciso for, a totalidade do documento.

Miriam de Oliveira (SEMAD/MG). Não concordou com as propostas de encerramento do grupo após duas reuniões, pois entende que os trabalhos carecem de mais reuniões, para definirmos as contribuições à Câmara Técnica.

Roberto Monteiro (SRHU/MMA). Contestou a manifestação anterior com o argumento de que parece haver um consenso de que o mandato deste GT está sendo cumprido nesse trabalho, com a conclusão deste relatório. Opina que isso deve ser valorizado, encaminhando possíveis novas atribuições para a Câmara Técnica decidir se cria um novo grupo ou não, mas sempre ressaltando que o escopo de mapear os impactos das mudanças climáticas no Brasil e o papel do Conama na adoção de medidas de adaptação está muito bem cumprido com o presente relatório e as contribuições que ainda serão feitas até a próxima reunião.

Fernando Caminati (Secretaria Executiva do Conama). Informa que a próxima reunião fica prevista para depois do Carnaval e que a Secretaria Executiva, juntamente com a relatoria, avisarão a todos por email sobre as datas, além de disponibilizar no sítio do Conama a versão corrigida e acrescida de emendas do relatório, com base nas discussões da presente reunião, o quanto antes for possível, para receber as contribuições de todos os participantes que aqui manifestaram desejo de oferecer acréscimos.

Francisco Iglesias (Imarh-entidades ambientalistas do NE), Miriam de Oliveira (SEMAD/MG) e Larissa Schmidt (MCT). Parabenizaram a relatoria, pelo texto apresentado, e a coordenação, pela condução e eficiência no cumprimento da revisão de documento tão extenso e complicado, na presente reunião.

Coordenador Marcos Otávio Bezerra Prates. Agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião.